

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE ALAGOAS
CORREGEDORIA GERAL**

Ed. Carlos Guido Ferrário Lobo, Rua Dr. Pedro Jorge Melo e Silva, nº 79, Poço, Maceió/AL.
CEP 57.025-400 Telefones de nº. (82) 2122-3565 / 2122-3500. e-mail: corregedoria@mpal.mp.br

**TERMO DE CORREIÇÃO
59ª Promotoria de Justiça da Capital**

Nº DO PROCESSO SAJ/MP/AL: 10.2022.00000130-3

EDITAL DE CORREIÇÃO Nº: 022/2022

DATA DA CORREIÇÃO: 25/04/2022, às 10h00

A CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS INSPECIONA, no uso de suas atribuições previstas no art. 16, I, IV da Lei Complementar nº 15/96 e nos arts. 2º, § 2º, 6º e 7º do Ato nº 001/2017- CGMP/AL o órgão do Ministério Público abaixo especificado, tendo verificado o seguinte:

I- DADOS EM RELAÇÃO À PROMOTORIA DE JUSTIÇA

Atribuições - Ato normativo: Crimes Contra Populações Vulneráveis, nos termos do art. 2º da Lei Estadual n. 8.212, de 10 de dezembro de 2019, com atuação perante a 14ª Vara Criminal da Capital.

Municípios que compõem a área de atuação: Maceió

Promotor de Justiça Titular: Dalva Vanderlei Tenório

Promotor de Justiça Substituto e/ou Designado: Elisio da Silva Maia Junior (Substituto) - Lucas Sachsida Junqueira Carneiro (Designado na 60ª)

Endereço da Unidade: Prédio das Promotorias de Justiça da Capital, Av. Juca Sampaio, s/n, Barro Duro, Maceió-AL.

Expediente da Unidade: 7h30 à 13h30, no entanto, também são realizados atendimentos no horário da tarde, quando necessário.

II- DADOS RELACIONADOS AO MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Data que o Membro assumiu a Unidade correicionada: 01/06/2013

Reside no local de lotação? Sim

Exerce o magistério? Não

Responde a procedimento administrativo disciplinar ? Não

Responde cumulativamente por outro órgão? Não

Nos últimos (6) seis meses se afastou das atividades? Por qual período? Sim, férias regulamentares (03/01/2022 à 02/02/2022)

Nos últimos (6) seis meses recebeu colaboração de outro Membro? Por qual período? Não

Nos últimos (6) seis meses participou de cursos de aperfeiçoamento? Sim, XXIV Congresso Nacional do Ministério Público.

Exerce a advocacia? Não

III- DADOS EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Atendimento ao público: Segunda à sexta das 7h30 às 13h30. Quando necessário, durante a semana, também há atendimento no período da tarde.

Estrutura de Pessoal: 1 (uma) estagiária e 1 (um) assessor técnico lotado na Coordenação das 59ª e 60ª Promotorias de Justiça

Estrutura física: Sala localizada no Prédio das Promotorias de Justiça da Capital, dividida para a 59ª e 60ª Promotorias

Sistema de Arquivo: Através de pastas arquivadas na própria promotoria e do sistema SAJMP

Sistema de Registro: Através de protocolos e do sistema SAJMP

De que modo são geridos os recursos decorrentes de termos de ajustes de conduta, transações penais e outros acordos? Tratando-se de Promotoria Criminal, todas as transações penais são geridas pela própria 14ª Vara Criminal da Capital.

Quantidade de processos que tramitam na unidade judiciária? 680



MINISTÉRIO PÚBLICO DE ALAGOAS
CORREGEDORIA GERAL

Ed. Carlos Guido Ferrário Lobo, Rua Dr. Pedro Jorge Melo e Silva, nº 79, Poço, Maceió/AL.
CEP 57.025-400 Telefones de nº. (82) 2122-3565 / 2122-3500. e-mail: corregedoria@mpal.mp.br

Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 10 (7 – Ag. Recebimento e 3 – recebidos).

Observações: Existe uma divisão para atuação perante os feitos da 14ª Vara Criminal, de modo que a 59ª Promotoria de Justiça atua com os processos de dígito ímpar, e a 60ª nos feitos com dígito par;

IV- DADOS EM RELAÇÃO A ATUAÇÃO DO MEMBRO (PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIO PELO MEMBRO)

Informar quais os principais temas tratados na Promotoria e atuação destacada nos últimos 12 (doze) meses: A Promotoria atua com crimes praticados contra crianças, adolescentes, idosos e deficientes, bem como os crimes praticados contra populações vulneráveis, tais como moradores de rua, negros, índios, lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros e congêneres, em virtude desta condição, desta forma, entre os temas principais tratados, estão: estupro, (Art. 213, caput e §§), estupro de vulnerável (art. 217-A CP), lesão doméstica (art. 129, §9ª CP), tortura (Lei 9.455/1997), Injúria qualificada pelo preconceito (140, §3º, CP), Racismo (Lei 7.716/1989) e homicídio doloso (121, CP). Houve alguns casos de atuações importantes desta Promotoria de Justiça, como no caso da condenação pelo crime de Injúria qualificada pelo preconceito em razão de homofobia, que vitimou a travesti “Lana Helen”, no qual foi impedida de utilizar o banheiro feminino num Shopping da Capital. Além disso, foi proposta ação penal do crime de racismo, no caso onde um pastor evangélico de Maceió praticou homofobia contra o ator Paulo Gustavo, no período em que ele estava em coma, cometido pela COVID-19.

Atua com base em Planos de Atuação, em Programas Institucionais e em Projetos Executivos que estejam em sintonia com o Planejamento Estratégico Institucional? Informar, de forma objetiva e resumida, sobre essa atuação: Atua, também, com base no objetivo estratégico nº 1 de melhorar o combate ao crime, entre as iniciativas está o Projeto “Abuso Sexual: Notificar é Preciso”, que faz um trabalho junto aos Hospitais, Escolas e população em geral de alerta e prevenção contra o crime de estupro de vulnerável, detectando casos de gravidez em adolescentes até 14 anos e demais casos de violência sexual, recomendando que sejam realizadas as devidas notificações. Como forma de coroar a atuação desde 2019, foi publicada a Lei Estadual nº 8.424/2021, que dispõe sobre a obrigatoriedade da comunicação dos cartórios de registro civil, hospitais e maternidades ao ministério público, da realização de registro de nascimento realizado por mães e/ou pais menores de 14 anos.

Realiza atividades extrajudiciais não procedimentais de relevância social, tais como palestras, participação em reuniões e outras atividades que resultem em medidas de inserção social? Listar essa atuação nos últimos 12 (doze) meses: Sim. Além de dar continuidade ao Projeto “Abuso sexual: notificar é preciso”, entre outras atuações extrajudiciais a convite de instituições, escolas, secretarias municipais e estaduais de educação e saúde, entre outras, para ministrar palestras, cursos e participar de mesas de discussões.

Coordena e/ou participa de Projetos Sociais adequados às necessidades da respectiva comunidade e eficientes do ponto de vista de proteção e da efetivação de direitos fundamentais? Listar essa coordenação e/ou participação nos últimos 12 (doze) meses: Não, apenas Projetos Institucionais.

Acompanha, de forma contínua a tramitação, instrução e fiscalização dos procedimentos judiciais e das suas respectivas execuções, promovendo as medidas necessárias para a efetivação desses procedimentos, com relação ao cumprimento e aplicação das sanções impostas aos condenados, nas ações das quais é autor o Ministério Público? Explicar de forma exerce esse acompanhamento: Sim. Todos os processos judiciais são acompanhados de maneira detalhista, sempre atentos a apreciação dos pedidos e diligências requisitadas, bem como, para a necessidade de reiteração ou recurso, em caso de indeferimento.

Prioriza a atuação em tutela coletiva, sem prejuízo da atuação individual quando necessária (sem prejuízo dos atendimentos individuais e encaminhamentos necessários)? Exemplificar algum(ns) caso(s) ocorrido(s) nos últimos 12 (doze) meses: Por tratar-se de Promotoria Criminal, não existem procedimentos que demandem a tutela coletiva.

Atua ou atuou em casos complexos ou de repercussão social nos últimos 12 (doze) meses? Explicar, de forma resumida, o(s) caso(s): Houve alguns casos de atuações importantes desta Promotoria de Justiça: a) o caso da condenação pelo crime de Injúria qualificada pelo preconceito em razão de homofobia, que vitimou a travesti “Lana Helen”, no qual foi impedida de utilizar o banheiro feminino num Shopping da Capital; b) foi proposta ação penal do crime de racismo, no caso onde um pastor evangélico de Maceió praticou homofobia contra o ator Paulo Gustavo, no período em que ele estava em coma, cometido pela COVID-19; c) em atuação conjunta com a Polícia Civil, foi possível descobrir e condenar um criminoso que armazenava 3.317 (três mil trezentos e dezessete) arquivos de imagens e 4.237 (quatro mil duzentos e trinta e quatro) arquivos de vídeos contendo cenas de sexo explícito e de nudez com crianças e adolescentes. Nestes arquivos o próprio acusado contracenava com as vítimas, algumas delas crianças pequenas. Além dos crimes do ECA, o acusado e sua coautora foram condenados por estupro de vulnerável, chegando a uma pena de aproximadamente 54 anos de reclusão; d) o caso do “menino Rhanuel”, que foi brutalmente assassinado, com várias lesões que indicam abuso sexual, tortura e tentativa de ocultação de cadáver, no qual está em tramitação com abertura de vistas ao Ministério Público para apresentação de alegações finais por memoriais.

Existe interação produtiva entre o Órgão de execução e os Centros de Apoio sobretudo com o alinhamento ao planejamento estratégico institucional, com a finalidade de potencializar a efetividade social da atuação do Ministério Público? Descrever de que forma se opera essa integração: Sim. Através dos Projetos Institucionais.

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE ALAGOAS
CORREGEDORIA GERAL**

Ed. Carlos Guido Ferrário Lobo, Rua Dr. Pedro Jorge Melo e Silva, nº 79, Poço, Maceió/AL.
CEP 57.025-400 Telefones de nº. (82) 2122-3565 / 2122-3500. e-mail: corregedoria@mpal.mp.br

Participa de sociedade comercial ou organização não-governamental ? () Sim. (X) Não. Em caso positivo, indicar a razão social e CNPJ.
Boas práticas alinhadas ao planejamento estratégico? Sim (X) Não () Indicar quais: Combate ao Crime através do Projeto Abuso Sexual: notificar é preciso (Premiado pelo CNMP como melhor projeto de Combate a Criminalidade do País) e palestras em diversas instituições para prevenção e orientação.
Utiliza de forma eficiente e objetiva os instrumentos e métodos de investigação na determinação de diligências, bem como dos recursos extrajudiciais e judiciais visando à prevenção e à tempestiva correção dos ilícitos? Sim (X) Não ()

V- PROMOTORIA CÍVEL E/OU CRIMINAL**V.I- DADOS ESTATÍSTICOS DO ÓRGÃO - PROCESSOS JUDICIAIS- CÍVEIS - 06 (seis) últimos meses.**

PERÍODO						
Saldo anterior						
Distribuídos no mês						
Devolvidos no mês						
Saldo do mês atual						
Audiências judiciais realizadas						
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores						
Recursos interpostos ao Tribunal de Justiça						
Glossário:(item 1 + item 2 – item 3 = item 4, ou seja, saldo do mês é igual à soma do saldo anterior e da distribuição do mês, subtraído os impulsionados no mês). Observações:						

V.II- DADOS ESTATÍSTICOS DO ÓRGÃO - PROCESSOS JUDICIAIS- CRIMINAIS

PERÍODO	Novembr o/2021	Dezembr o/2021	Janeiro /2022	Fevereiro o/2022	Março /2022	Abril /2022
Saldo anterior (ações penais):	11	7	4	3	8	1
Distribuídos no mês (ações penais):	76	35	77	69	44	25
Devolvidos no mês (ações penais):	80	38	78	61	51	17
Saldo do mês atual (ações penais):	7	4	3	8	1	9
Saldo anterior (inquéritos policiais):	14	24	21	12	9	24
Distribuídos no mês (inquéritos policiais):	54	35	28	23	90	38
Devolvidos no mês (inquéritos policiais):	44	38	37	16	74	41
Saldo do mês atual (inquéritos policiais):	24	21	12	9	24	21
Arquivamentos (inquéritos policiais):	0	4	6	2	8	0
Acervo de inquéritos policiais recebidos e devolvidos à Delegacia de Polícia para diligências:	0	3	5	0	5	3
Denúncias oferecidas:	4	9	4	6	11	6
Autos de Prisão em Flagrante distribuídos:	0	0	0	0	0	0
Termos Circunstanciados distribuídos:	3	1	4	0	1	0
Audiências judiciais realizadas:	0	0	0	0	0	0

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE ALAGOAS
CORREGEDORIA GERAL**Ed. Carlos Guido Ferrário Lobo, Rua Dr. Pedro Jorge Melo e Silva, nº 79, Poço, Maceió/AL.
CEP 57.025-400 Telefones de nº. (82) 2122-3565 / 2122-3500. e-mail: corregedoria@mpal.mp.br

Recursos interpostos:	11	3	11	2	9	2
Sessões do Tribunal do Júri:						
Observações:						

V.III- DADOS ESTATÍSTICOS DO ÓRGÃO - PROCESSOS EXTRAJUDICIAIS

PERÍODO	Novembro/2021	Dezembro/2021	Janeiro/2022	Fevereiro/2022	Março/2022	Abril/2022
Notícias de fato distribuídas:	4	4	3	2	6	0
Inquéritos Cíveis Públicos:	0	0	0	0	0	0
Procedimentos Preparatórios:	0	0	0	0	0	0
Procedimentos Administrativos:	0	0	0	0	0	0
TAC firmado:	0	0	0	0	0	0
Execução de TAC proposta:	0	0	0	0	0	0
Ação Cível pública de Improbidade Administrativa proposta:	0	0	0	0	0	0
Ação Cível Pública proposta (exceto improbidade administrativa):	0	0	0	0	0	0
Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível:	0	0	0	0	0	0
Arquivamento sem Remessa:	0	0	0	0	0	0
Arquivamento com Remessa:	0	0	0	0	0	0
Audiências Extrajudiciais instrutórias (exceto Audiências Públicas e Oitivas Informais de Adolescentes):	0	0	0	0	0	0
Audiências extrajudiciais autocompositivas:	0	0	0	0	0	0
Reuniões (com ata):	0	0	0	0	0	1
Atendimento ao público:	1	0	0	0	0	0
Oitivas Informais de Adolescentes (no caso de atribuição em ato infracional):	0	0	0	0	0	0
Instauração de PIC:	0	0	0	0	0	0
Arquivamentos de PIC:	0	0	0	0	0	0
Número de interceptações telefônicas iniciadas:	0	0	0	0	0	0
Observações:						

V.IV- DADOS EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) - ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário	Improbidade administrativa ACP/ações coletivas (exceto improbidade):
	Ações para a defesa de direito individual e indisponível:
Processos cíveis – custos legis	Com vista há mais de 30 dias:
	Com vista há mais de 6 meses:
	Com vista há mais de 12 meses:
Processos cíveis ajuizados pelo MP	Com vista há mais de 30 dias:
	Com vista há mais de 6 meses:
	Com vista há mais de 12 meses:

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE ALAGOAS
CORREGEDORIA GERAL**

Ed. Carlos Guido Ferrário Lobo, Rua Dr. Pedro Jorge Melo e Silva, nº 79, Poço, Maceió/AL.
CEP 57.025-400 Telefones de nº. (82) 2122-3565 / 2122-3500. e-mail: corregedoria@mpal.mp.br

Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:
	Com vista há mais de 6 meses:
	Com vista há mais de 12 meses:
Notícias de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias: 1
	Em tramitação há mais de 30 + 90 dias: (observar a prorrogação): 0
Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:
	Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):
	Em tramitação há mais de 180 dias:
Inquéritos Cíveis	Em tramitação há menos de 1 ano:
	Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):
Procedimentos Administrativos	Em tramitação há menos de 1 ano: 0
	Em tramitação há mais de 1 ano: 0
Termos de ajustamento de conduta pendente de cumprimento:	
Audiências Públicas realizadas nos últimos 3 meses:	
Recomendações feitas nos últimos 3 meses:	0
Inquéritos policiais:	Com vista há mais de 30 dias: 0
	Com vista há mais de 6 meses: 0
	Com vista há mais de 12 meses: 0
Ações Penais:	Com vista há mais de 30 dias: 0
	Com vista há mais de 6 meses: 0
	Com vista há mais de 12 meses: 0
Processos de Execução Penal:	Com vista há mais de 30 dias:
	Com vista há mais de 6 meses:
	Com vista há mais de 12 meses:
Termos Circunstanciados:	Com vista há mais de 30 dias:
	Com vista há mais de 6 meses:
	Com vista há mais de 12 meses:
Auto de prisão em flagrante:	Com vista há mais de 30 dias: 0
	Com vista há mais de 6 meses: 0
	Com vista há mais de 12 meses: 0
Procedimentos Investigatórios Criminais - PIC's	Instaurados há menos de 90 dias: 0
	Instaurados há mais de 90 dias (verificar prorrogação): 0
	Instaurados há mais de 180 dias (verificar prorrogação): 0
Reuniões em Conselhos de Controle social nos últimos 3 meses:	
	Entidades de acolhimento de crianças e adolescentes: 0
	Fundações: 0
	Estabelecimento de idosos: 0
	Estabelecimentos de deficientes: 0

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE ALAGOAS
CORREGEDORIA GERAL**

Ed. Carlos Guido Ferrário Lobo, Rua Dr. Pedro Jorge Melo e Silva, nº 79, Poço, Maceió/AL.
CEP 57.025-400 Telefones de nº. (82) 2122-3565 / 2122-3500. e-mail: corregedoria@mpal.mp.br

Visitas realizadas:	Estabelecimentos de saúde: 0
	Estabelecimentos de comunidades terapêuticas: 0
	Delegacias de Polícia: 0
	Estabelecimentos Prisionais: 0
	Unidades de Medicina Legal: 0
	Unidades de Perícia Criminal: 0
	Unidades de Internação para adolescentes: 0
	Estabelecimentos prisionais militares: 0
Outros estabelecimentos: 0	
Observações:	

VI-PROMOTORIA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE**VI.I- DADOS ESTATÍSTICOS DO ÓRGÃO PROCESSOS JUDICIAIS**

PERÍODO						
Saldo do mês anterior						
Distribuídos no mês						
Devolvidos no mês						
Saldo do mês atual						
Audiências realizadas						
Recursos interpostos ao Tribunal de Justiça						

Glossário:(item 1 + item 2 – item 3 = item 4, ou seja, saldo do mês é igual à soma do saldo anterior e da distribuição do mês, subtraído os impulsionados no mês).

Observações:

VI.II- DADOS ESTATÍSTICOS DO ÓRGÃO PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS

PERÍODO						
Notícias de fato distribuídas						
Inquéritos Civis Públicos						
Procedimentos Preparatórios						
Procedimentos Administrativos						
TAC firmado						
Execução de TAC proposta						
Ação Civil Pública proposta						
Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível proposta						
Arquivamento sem Remessa						
Arquivamento com Remessa						
Termos de Depoimento						
Audiências Extrajudiciais (exceto oitivas informais de adolescentes)						

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE ALAGOAS
CORREGEDORIA GERAL**Ed. Carlos Guido Ferrário Lobo, Rua Dr. Pedro Jorge Melo e Silva, nº 79, Poço, Maceió/AL.
CEP 57.025-400 Telefones de nº. (82) 2122-3565 / 2122-3500. e-mail: corregedoria@mpal.mp.br

Reuniões (com ata)						
Recomendações						
Observações:						
VI.III-EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO						
Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidades(s) Judiciária(s) – ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário	ACP/ações coletivas					
	Ações para a defesa do direito individual indisponível					
	Ações de destituição do poder familiar e outras					
Processos da Infância e Juventude – custus legis	Com vista há mais de 30 dias:					
	Com vista há mais de 6 meses:					
	Com vista há mais de 12 meses:					
Processos da infância e Juventude ajuizados pelo Ministério Público (Área Cível)	Com vista há mais de 30 dias:					
	Com vista há mais de 6 meses:					
	Com vista há mais de 12 meses:					
Notícias de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:					
	Em tramitação há mais de 30 dias:					
Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:					
	Em tramitação há mais de 90 dias e menos de 180 dias (verificar prorrogação):					
	Em tramitação há mais de 180 dias:					
Inquéritos Cíveis	Em tramitação há menos de 1 ano:					
	Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):					
Processos Administrativos	Em tramitação há menos de 90 dias:					
	Em tramitação há mais de 90 dias:					
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:						
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:						
Audiências concentradas em entidades de acolhimento institucional nos últimos 12 meses:						
Comparecimento a Reuniões em Conselhos de Controle Social nos últimos 12 meses:						
Visitas realizadas (nos últimos 12 meses)	Delegacia de Polícia:					
	Centros de internação provisória, definitiva e semiliberdade:					
	Entidades de acolhimento institucional:					
	Outras unidades de atendimento:					
	Estabelecimentos de saúde e comunidades terapêuticas:					
Número de crianças e adolescentes acolhidas em instituições de Medidas Socioeducativas (definitivos e provisórios):						
Número de crianças e adolescentes acolhidas em instituições (de acolhimento institucional):						
Observações:						
VI.IV- DADOS ESTATÍSTICOS DO ÓRGÃO– ATO INFRACIONAL						
PERÍODO						

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE ALAGOAS
CORREGEDORIA GERAL**Ed. Carlos Guido Ferrário Lobo, Rua Dr. Pedro Jorge Melo e Silva, nº 79, Poço, Maceió/AL.
CEP 57.025-400 Telefones de nº. (82) 2122-3565 / 2122-3500. e-mail: corregedoria@mpal.mp.br

Saldo do mês anterior						
Distribuídos no mês						
Devolvidos no mês						
Saldo do mês atual						
Audiências judiciais realizadas						
Recursos interpostos						
Termo Circunstanciado ou outro procedimento investigatório distribuído ao MP						
Notícia de fato distribuída						
Arquivamentos						
Remissões						
Representações						
Procedimentos de Apuração de Ato Infracional (Ação Judicial, após representação à autoridade judiciária para aplicação de medida socioeducativa)						
Audiências de Oitivas informais						

Observações:**VI.V- EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

Notícia de ato infracional (NF)	Com vista há mais de 30 dias:	
	Com vista há mais de 6 meses:	
	Com vista há mais de 12 meses:	
Boletim Circunstanciado de Ato Infracional (ou outros autos de investigação)	Com vista há mais de 30 dias:	
	Com vista há mais de 6 meses:	
	Com vista há mais de 12 meses:	
Procedimentos de Apuração de Ato Infracional (Ação Judicial, após representação à autoridade judiciária para aplicação de medida socioeducativa)	Com vista há mais de 30 dias:	
	Com vista há mais de 30 dias:	
	Com vista há mais de 6 meses:	
Execução de Medidas Socioeducativas	Com vista há mais de 30 dias:	
	Com vista há mais de 6 meses:	
	Com vista há mais de 12 meses:	
Se existe critério de recebimento de feitos:		
Observações:		

VII-PROMOTORIA ELEITORAL**VII.I. DADOS ESTATÍSTICOS DE PROCESSOS JUDICIAIS- CÍVEL E CRIMINAL**

PERÍODO						
Saldo do mês anterior						
Distribuídos no mês						
Devolvidos no mês						
Saldo do mês atual						
Audiências judiciais/Sessões						

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE ALAGOAS
CORREGEDORIA GERAL**

Ed. Carlos Guido Ferrário Lobo, Rua Dr. Pedro Jorge Melo e Silva, nº 79, Poço, Maceió/AL.
CEP 57.025-400 Telefones de nº. (82) 2122-3565 / 2122-3500. e-mail: corregedoria@mpal.mp.br

PERÍODO						
Recursos interpostos						
Glossário:(item 1 + item 2 – item 3 = item 4, ou seja, saldo do mês é igual à soma do saldo anterior e da distribuição do mês, subtraído os impulsionados no mês). Observações:						
VII.II. DADOS ESTATÍSTICOS DE PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS						
1. Notícias de fato distribuídas						
2. Ações Eleitorais Cíveis propostas						
3. Procedimento Preparatório Eleitoral instaurado						
4. Outro procedimento Extrajudicial Eleitoral (especificar natureza no campo observações se for o caso)						
5. Arquivamento sem remessa						
6. Arquivamento com remessa						
7. Audiências Extrajudiciais inquisitórias						
8. Audiências Extrajudiciais autocompositivas						
9. Inquéritos Policiais Eleitorais						
10. Arquivamento de Inquérito Policial/TCO eleitoral						

VII.III- EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Inquérito Policial/TCO eleitoral	Com vista há mais de 30 dias:	
	Com vista há mais de 90 dias:	
	Com vista há mais de 12 meses:	
	Com vista há mais de 24 meses:	
	Com vista há mais de 36 meses:	
Ações Penais	Com vista há mais de 30 dias:	
	Com vista há mais de 90 dias:	
	Com vista há mais de 12 meses:	
Mandados de Segurança	No prazo para manifestação (10 dias):	
	Fora do prazo para manifestação:	
Processos judiciais cíveis – <i>custus legis</i>	Com vista há mais de 30 dias:	
	Com vista há mais de 90 dias:	
	Com vista há mais de 12 meses:	
Processos cíveis referentes a ações ajuizadas pelo Ministério Público	Com vista há mais de 30 dias:	
	Com vista há mais de 6 meses:	
	Com vista há mais de 12 meses:	
	Em tramitação há menos de 30 dias:	
Notícia de Fato	Em tramitação há menos de 30 + 90 dias:(Observar a prorrogação):	
	Fora do prazo:	

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE ALAGOAS
CORREGEDORIA GERAL**

Ed. Carlos Guido Ferrário Lobo, Rua Dr. Pedro Jorge Melo e Silva, nº 79, Poço, Maceió/AL.
CEP 57.025-400 Telefones de nº. (82) 2122-3565 / 2122-3500. e-mail: corregedoria@mpal.mp.br

Procedimento de Investigação Criminal (PIC)	Em tramitação há menos de 90 dias:	
	Em tramitação há mais de 90 dias	
PPE	Em tramitação há menos de 90 dias:	
	Em tramitação há mais de 90 dias e menos de 180 dias:	
	Fora do prazo:	
Ações Eleitorais (cíveis) ajuizadas nos últimos 12 meses:		
Denúncias criminais ajuizadas nos últimos 12 meses:		
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		
Audiências públicas realizadas nos últimos 12 meses:		
Quantitativo de Inquéritos policiais baixados à Delegacia de Polícia para diligências		
Observações: Os feitos indicados no presente item deverão ficar à disposição da Equipe de Correição para análise.		

VIII- SUGESTÕES/OBSERVAÇÕES DO MEMBRO**IX- EXPERIÊNCIAS INOVADORAS E ATUAÇÕES DE DESTAQUE (Boas Práticas)**

Projeto "Abuso Sexual: notificar é preciso", que desde 2019 vem realizando um grande trabalho no combate ao abuso sexual, em parceria com os Hospitais e Escolas de Maceió. Durante a execução do Projeto, estão sendo realizadas reuniões com profissionais da saúde e educação, secretarias de estado e município, polícia militar, entre outros órgãos e agentes, bem como, estão sendo ministradas palestras para orientação de como proceder diante dos casos de estupro de vulnerável e demais violências contra criança e adolescente. O projeto ficou em primeiro lugar no Prêmio CNMP 2019, na categoria de redução da criminalidade.

O "Abuso Sexual: Notificar é Preciso" foi citado no Livro "A Atuação resolutiva, extrajudicial e preventiva, do Ministério Público na Área Criminal em Defesa do Direito Fundamental à Proteção Contra o Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes", da autoria do Promotor de Justiça Salomão Ismail Filho, do Ministério Público do Estado de Pernambuco.

Além disso, em junho de 2021 foi publicada a Lei Estadual nº 8.424/2021, que "Dispõe sobre a obrigatoriedade da comunicação dos cartórios de registro civil, hospitais e maternidades ao ministério público, da realização de registro de nascimento realizado por mães e/ou pais menores de 14 anos".

MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

NOME: Dalva Vanderlei Tenório